

Federação Nacional dos Urbanitários

"A burguesia brasileira é selvagem, racista e escravista", diz Lincoln Secco

A classe média brasileira é extremamente corrupta. Essa é a avaliação do historiador Lincoln Secco, professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP) e autor do livro *História do PT* (Ateliê Editorial, 2011). Segundo ele, a disputa está agora no campo dos valores, aquele em que o PT deixou de atuar.

Nesta entrevista exclusiva ao Brasil de Fato, Lincoln Secco analisa, entre outras questões, o papel do Partido dos Trabalhadores (PT) e suas transformações. Para ele, as transformações materiais pelas quais o PT passou afetaram tanto as alas de esquerda quanto as de direita porque todas tiveram que se profissionalizar e aceitar que fazem parte do governo. "Não acredito mais que haja contestação da ordem no PT. Há de maneira individual ou em tendências minoritárias que não têm a mínima chance de ganhar a direção".

Segundo ele, é preciso entender que Lula mudou a estrutura de classes no Brasil e ao mesmo tempo não atacou concretamente a herança de FHC, o qual mudou a composição patrimonial do capitalismo no Brasil. "Ao entender a nova dinâmica das classes, a esquerda poderia começar a organizar a nova classe trabalhadora. Se é que isso é possível agora".

Brasil de Fato – Em seu livro *História do PT*, você afirma que o Partido dos Trabalhadores concorreu decisivamente para "civilizar" a sociedade civil, conquistando nela um espaço político para os trabalhadores, tornando as greves legítimas. Gostaria que você explicasse melhor essa ideia, trazendo-a para os dias atuais.

Lincoln Secco – Florestan Fernandes dizia que nós temos uma sociedade civil não civilizada. Falava em capitalismo selvagem (a expressão era dele) e que cabia ao movimento operário cavar um espaço para os subalternos na sociedade civil. A gente esquece que nos anos de 1980 os trabalhadores não podiam fazer greve. Faziam, mas era proibido. Não é que um juiz julgava a greve abusiva. O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) simplesmente prendia todo mundo e cassava a direção do sindicato. É óbvio que a repressão continua de outra forma, mas o PT significou um polo antagônico dentro da sociedade civil. Os pobres também não podiam sequer ter certeza de comer no dia seguinte. Eu me lembro que era muito comum garotos de periferia terem só uma ou duas camisetas dadas por políticos. Na periferia não havia hipermercado e quase nunca se tomava iogurte que o pessoal só chamava de "danone". As mulheres não compravam absorventes e não havia papel higiênico, só tiras de jornal pregadas na parede. Antigamente talvez fosse assim para quase todo mundo. Mas nos anos de 1980 a classe média já tinha tudo isso e os pobres não. O PT com todos os seus desvios continuou sua tarefa histórica ao realizar a diretriz de seu V Encontro de 1987: a criação de um mercado interno de massas.

Nesse mesmo livro, você utiliza com frequência a expressão "solo histórico" para afastar a ideia de que os limites do PT devam-se apenas à vontade ou à falta de vontade da direção do partido. Novamente, gostaria de pedir que você explique essa ideia.

O PT emergiu num momento em que o Brasil vivia dois processos internos determinantes: a crise econômica e política da Ditadura. Com isso, mascaravam-se mudanças externas que só aportariam mais tarde no Brasil sob a forma do neoliberalismo. Este "atraso" permitiu aquilo que eu chamo de Revolução Democrática que se deu entre 1984 e 1989. A "revolução" não venceu, mas nos deu um arcabouço constitucional progressista e um partido socialista de massas. Vivíamos um longo ciclo internacional recessivo desde os anos 70. O PT foi um ponto fora da curva. Não surgiu nada como ele em outros países latino-americanos. Quando este partido se estabelece como alternativa de poder, eis que o vendaval do neoliberalismo arrasa os sindicatos, destrói os empregos e joga o PT no canto do ring. Estávamos numa conjuntura de derrota política do neoliberalismo que podia ser aproveitada de maneira mais radical, o partido tinha se popularizado, mas ao mesmo tempo o partido tinha se profissionalizado e incorporado valores dos seus adversários. O neoliberalismo persistia na esfera dos valores. Neste contexto é difícil dosar o quanto transformações estruturais do partido e da sociedade e opções conscientes dos dirigentes responderam pela moderação do PT. Prefiro dizer que não dava para fazer muito desde 2003. Mas dava para fazer mais.

Em *Os sentidos do lulismo*, o cientista político André Singer sustenta que no PT ainda coexistiriam "duas almas": ao lado da alma da aceitação da ordem, coexistiria a alma da contestação dessa mesma ordem. Você concorda com essa imagem

É uma boa escolha estilística. Mas não acredito mais que haja contestação da ordem no PT. Há de maneira individual ou em tendências minoritárias que não têm a mínima chance de ganhar a direção. O problema não é esse. Não acredito que o PT trocou sua alma. Ele passou por um aggiornamento gradual como um todo. Isso se deveu às escolhas que ele fez em 2002 e ao "solo

histórico”, como já conversamos aqui. As transformações materiais pelas quais o PT passou afetaram tanto as alas de esquerda quanto as de direita porque todas tiveram que se profissionalizar e aceitar que fazem parte do governo. O que não quer dizer que as alas e as pessoas sejam iguais em suas crenças, compromissos ideológicos e esperanças, é óbvio.

André Singer argumenta também que o PT teria adquirido “características que lembram as do PTB anterior a 1964”. Você concorda com essa comparação?

Se pensarmos em termos da “função” do PTB no “sistema” político da época, talvez o paralelo seja correto. Ao longo do tempo ele atingiu os votos dos pobres urbanos e teve dificuldade de se implantar em São Paulo onde disputou com o voto popular conservador de Ademar, Jânio etc. Só que o PTB foi criado de cima para baixo por um ex-ditador enquanto o PT foi autenticamente popular. Os analfabetos não votavam, a instabilidade político-militar era muito maior, as pressões golpistas dos Estados Unidos eram explícitas e a Constituição de 1946 era muito mais conservadora do que a atual. São ambientes totalmente distintos. O que dá para pensar é em algumas permanências daquele ambiente político, sem esquecer que tivemos uma Ditadura Militar no meio que destruiu a vida política e cultural do Brasil.

Em seu livro, ao abordar as transformações sofridas pelo PT, você indaga: “Mas é melhor manter os princípios e nunca chegar ao governo e não fazer mudanças favoráveis aos mais pobres?

Chegar assim ao poder muda essencialmente a sorte dos de baixo?”. Com base nessas questões, como você avalia o debate na esquerda sobre a experiência dos governos Lula e Dilma? Se você se refere aos pequenos partidos críticos do PT, eles não permaneceram pequenos porque seus objetivos programáticos estão errados. A crítica deles às insuficiências do governo e até aos desmandos brutais e alianças corrompidas é correta. Mas eles têm uma cegueira ideológica que impede avaliar a conjuntura. Não quero dizer que algum gênio avaliaria corretamente, mas uma direção partidária deveria fazê-lo. O primeiro passo é entender que Lula mudou a estrutura de classes no Brasil e ao mesmo tempo não atacou concretamente a herança de FHC, o qual mudou a composição patrimonial do capitalismo no Brasil. Mas qual esquerda discute isso? Por incrível que pareça setores internos do PT promovem este debate. O livro do André Singer contribuiu muito. A Fundação Perseu Abramo do PT também. Ao entender a nova dinâmica das classes, a esquerda poderia começar a organizar a nova classe trabalhadora. Se é que isso é possível agora.

Pouco tempo depois do escândalo do “mensalão” ter estourado, ocorreram eleições internas no PT. Em seu livro, ao abordar as eleições no PT ocorridas em 2005, você afirma: “a militância do PT salvou o partido”. Por quê?

Naquele momento a militância tradicional já estava afastada. Ela se mantinha como uma torcida na arquibancada. Não tinha mais pretensões de jogar. A crise de 2005 reacendeu por um átimo a chama da velha militância petista e ela foi silenciosa, mas corajosamente defendeu o PT. Organizações como o MST e a UNE foram importantes, mas os militantes anônimos é que foram ao PED (processo de eleição direta) quando a imprensa vaticinava baixo comparecimento e o fim do partido.

O PED fez com que os setores da oposição que desejavam a derrubada de Lula percebessem que o custo político seria alto demais. Derrotar assim um partido de massas e um presidente com a história do Lula mantendo a fachada democrática seria impossível. É claro que setores da burguesia não estavam incomodados com o governo e não desejavam (como nunca desejam) crises políticas que afetem os negócios. Mas aquela era uma crise eminentemente política e as decisões foram tomadas em função da relação entre o custo político do impeachment e a esperança de vitória da oposição em 2006.

Na sua opinião, qual é o significado político das campanhas de doação financeira para o pagamento das multas de José Genoíno e Delúbio Soares? Aqui também se pode dizer que a militância salvou o partido?

Neste caso, eu acho que a militância não salvou o partido porque se ele quer ser salvo de alguma coisa é da própria lembrança do chamado mensalão. Ela talvez tenha sido incômoda para os dirigentes atuais porque os impede de esquecer seus antigos líderes que estão presos.

Ainda com relação ao escândalo do “mensalão”, em seu livro você critica a passividade da direção do PT, que, na sua opinião, não politizou a crise. Por que a direção petista deveria ter politizado a crise e como você avalia a postura da direção do PT agora, pós-julgamento?

Esta é uma questão que precisa ser situada em três tempos. Na crise de 2005 era possível politizar e confrontar. Havia risco? Sempre há. Mas o PT teria saído com mais força ainda para fazer reformas profundas no II mandato. O PT não quis politizar a crise e deixou a iniciativa para a oposição. Ela continua politizando o “mensalão” até hoje. O segundo tempo foi o do julgamento, calculado para atrapalhar as pretensões eleitorais do PT. Naquele momento as perspectivas de politização eram menores e a tática do avestruz empregada por Lula “já tinha dado certo”. Afinal, o PT foi o grande vitorioso nas duas últimas eleições (2010 e 2012). Agora estamos no terceiro

tempo: os réus já estão condenados e presos. Não há mais nada a ser feito. Eles só serão soltos quando cumprirem parte de sua pena e politicamente já estão fora do jogo. E exatamente nesta etapa é que a direção do partido deu o maior número de declarações contra o julgamento. Ainda foi uma reação tímida.

Mas a militância do PT aprendeu que o “mensalão” não interfere no resultado eleitoral e foi além de sua direção na solidariedade aos condenados.

Quais são as implicações políticas do julgamento do “mensalão” e da prisão de dirigentes do PT?

Este já é um assunto da história do PT. Não tem mais a mínima importância para os dirigentes atuais, salvo o constrangimento de ter que dar satisfações eventuais aos militantes. É óbvio que se pudessem escolher, eles prefeririam ver José Dirceu absolvido. Não é disso que se trata. A hora da reação já passou há muito. Exceto se houvesse uma improvável radicalização do governo num possível terceiro mandato, a crise de 2005 poderia ser reavaliada. Hoje o fato é este: o PT foi derrotado politicamente, apesar de suas vitórias eleitorais. Em nenhum partido social democrata do planeta seria normal aceitar a prisão de dois ex-presidentes do partido num julgamento totalmente político. Nem vou discutir o mérito das acusações. O julgamento é político porque as inovações que ele comporta foram casuísticas e só valeram para o PT. Juristas conservadores se assustaram com os vícios formais e o desrespeito à lei.

Como você avalia o resultado do último PED, que consagrou Ruy Falcão como presidente do PT com uma votação superior a 70% dos votos?

Eu poderia explicar o número com exemplos que ouvi dentro do PT, mas prefiro não enveredar pelo caminho das denúncias de filiações em massa e falsificação de votos. Não que isso não seja importante. Mas sempre aconteceu no PT em alguma medida. Há dois aspectos da vitória de Ruy Falcão por ampla margem. O primeiro deriva da profissionalização da militância e do uso de recursos financeiros. Mas o segundo tem a ver com o apoio incondicional que a nova base de filiados ao PT dá de fato ao governismo.

Na sua opinião, que implicações as manifestações de junho tiveram do ponto de vista da correlação de forças na sociedade? O PT e o governo Dilma souberam aproveitar a energia das ruas?

Junho iniciou um novo ciclo político no Brasil. Novíssimos movimentos sociais assumiram mais legitimidade popular do que os partidos tradicionais e estes terão que mudar. O governo ficou acuado juntamente com todo o sistema político. Mas Dilma foi quem ofereceu a resposta mais avançada: a reforma política. Mas o problema não está no conteúdo da reforma, rapidamente rechaçado por todos os partidos. Está na forma. Por que os políticos aceitariam reformar-se? E por que ela resolveu se dirigir a eles? Acredito que ela quis dar uma satisfação às ruas sem se comprometer realmente com a reforma. Ou seja, ela não esperava nada de sua proposta. Caso contrário teria se dirigido às ruas. Só que um governo de coalizão com partidos conservadores como o dela não pode fazer isso.

Como você encara a declaração do ex-presidente Lula, em seu artigo no New York Times publicado logo após as manifestações, de que o PT “precisa renovar-se profundamente”?

Ele também foi o que dentro do PT deu declarações mais favoráveis aos protestos de junho. Mas prefiro não comentar.

Você é um dos autores do livro Cidades Rebeldes. Em seu artigo, você afirma que o MPL, organização horizontal e autonomista, mas dirigente, foi o ator mais importante na primeira fase dos protestos [de junho]. Na sua opinião, que papel o MPL poderá cumprir na conjuntura política do país?

A geração que saiu às ruas certamente vai fornecer no futuro os melhores quadros de esquerda do Brasil. Neste caso, não me refiro ao MPL apenas, embora os seus jovens membros tenham uma qualidade de leitura da conjuntura e uma capacidade de luta que muitos partidos de esquerda não têm. Eu admiro os que eu conheci na USP. É possível que o MPL continue sendo o principal atrativo para manifestações legitimadas por amplos segmentos sociais. Mas mesmo que o MPL não seja essa força principal, o conjunto dos novíssimos movimentos sociais vai cumprir este papel.

Eles vão continuar demonstrando que há insatisfação na sociedade.

Qual é a sua opinião sobre os Black Blocs?

Trata-se de uma tática. Depende do momento já que a tática é a arte de operar com os meios que você tem no “campo de batalha”. Alguém pode condenar um mascarado que se protege da espionagem policial e de suas prisões arbitrárias. O problema desde junho de 2013 não está na destreza tática dos jovens. Isso eles têm de sobra. Está na ausência de uma estratégia política. Ou seja, na arte de conduzir inúmeras batalhas para vencer a “guerra”.

Há poucos dias você publicou um artigo no qual fala dos riscos da “democracia racionada”, e que estaríamos diante de um dilema: “mais democracia ou mais um passo para trás”. Por quê?

Porque essa é a nossa tradição histórica. A burguesia brasileira é selvagem, racista e escravista. Ela não aceita de fato a democracia. Só o discurso democrático. É mais ou menos como aquela burguesia paulista que em 9 de julho de 1932 se mobilizou pela democracia e dois dias antes prendeu todos os comunistas e anarquistas. A democracia racionada é basicamente assim: quando se abandona uma ditadura aberta, permite-se que os direitos políticos avancem, mas não os sociais. Mas isso é impossível, por isso também os direitos sociais avançam. Diante disso, a política recua. O que há de novo em nossa época é o uso ostensivo do poder judiciário para barrar os avanços sociais sem afetar a fachada democrática.

Num artigo publicado recentemente, você fala do “direito à violência”, e argumenta: “o isolamento a que estão sendo condenados os novíssimos movimentos sociais é produto da recusa da contraviolência legítima”. Por quê?

É que há um consenso proveniente da Ditadura: manifestantes devem apanhar calados. Ora, se há uma polícia militar que é uma criação da Ditadura, acostumada a violar seus direitos, por que você não pode se defender? Nem sou tão radical quanto às constituições originais da burguesia europeia ou dos EUA que admitiam o direito do povo de derrubar seus governos ilegítimos. O Brasil está longe da democracia burguesa. Também não me refiro à luta armada e sim ao conservantismo da imprensa que acusa manifestantes de portar vinagre e estilingue.

Passados mais de dez anos da eleição de Lula, como você encara a disputa ideológica na sociedade? Quem está ganhando a disputa de “corações e mentes”?

É cedo para dizer. O melhor é que os novíssimos movimentos sociais despertassem uma nova consciência crítica. Já a aposta da classe média tradicional pode ser a de uma falsa terceira via (Campos e Marina). Ela aceitaria as políticas sociais de Lula e romperia com o PT, o suposto responsável pela violação dos princípios da classe média: eficiência do Estado, ética etc. Tudo mentira, é claro. A classe média brasileira é extremamente corrupta. Já o PSDB ainda não aprendeu com aquele artigo de FHC sobre o papel da oposição. A disputa está agora no campo dos valores, aquele em que o PT deixou de atuar.

Como você avalia o primeiro ano do governo de Fernando Haddad em São Paulo?

Regular. Teve o imprevisível: as manifestações de junho. Não soube lidar com elas. Depois, avaliou mal (como todo o PT) o novo aspecto da dominação burguesa no Brasil que deslocou sua hegemonia do discurso do mercado para o judiciário. Foi assim que um IPTU garantido pela Câmara Municipal foi derrotado. A comunicação é ruim porque o prefeito não consegue sequer explicar as coisas boas que fez, como novos corredores de ônibus. E como bom petista, o prefeito não vai radicalizar.

Por fim, gostaria de perguntar que balanço você faz da gestão Rodas (2010-2013) na Universidade de São Paulo.

Ele foi uma figura singular num período especial da história da USP. Hoje ela é uma universidade com forte discurso neoliberal. Mas Rodas trazia práticas da ditadura Militar, à qual ele servira. Ao mesmo tempo surfou na onda de aumento da arrecadação do ICMS. Ele foi uma espécie de Maluf da reitoria, ou seja, alguém com apoio “popular” conservador. Fez e desfez obras sem se preocupar com os gastos e distribuiu dinheiro sem aumentar salários convenientemente, através de prêmios, cartões de refeição e bolsas.

Fonte: Antônio David, de São Paulo (SP), especial para o Brasil de Fato

Portal da CUT

Ameaças aos direitos dos trabalhadores integram lista de prioridades dos patrões

19/02/2014

Pauta prioritária da CNI, mais importante confederação patronal do País, afronta os direitos dos trabalhadores e prioriza a precarização nas relações entre o capital e o trabalho.

Escrito por: Agência Diap

Reunida no início de fevereiro, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) elencou suas prioridades legislativas para este ano. Apesar de a agenda legislativa estar comprometida com a Copa do Mundo, eleições gerais e tantas outras festividades e feriados do nosso calendário, o setor patronal não dará trégua.

A pauta prioritária da mais importante confederação patronal do País afronta os direitos dos/as trabalhadores/as e prioriza a precarização nas relações entre o capital e o trabalho. Diante de um Congresso com maioria patronal, os riscos para os trabalhadores são muitos.

Baseado nas 101 propostas de modernização das relações de trabalho, publicação lançada em 2013, a CNI propõe, entre outras ações, a rejeição da Convenção 158, sobre demissão imotivada e a regulamentação da terceirização; são contrários à redução de jornada sem redução de salário e buscam priorizar o projeto que privilegia o negociado em detrimento do legislado.

Desde 2011 que o setor patronal tem apresentado, via propostas legislativas, uma série de ameaças que podem reduzir direitos e flexibilizar as relações na área laboral. Sem timidez, o patronato ameaça as conquistas históricas dos trabalhadores, com a extinção, senão afrouxamento de direitos e criando novas regras que podem fragilizar a atuação dos trabalhadores e dirigentes sindicais.

No entendimento da classe trabalhadora, os empresários brasileiros foram beneficiados com várias iniciativas do Governo, entre as quais a desoneração da folha de pagamento sem uma contrapartida aos trabalhadores. Um exemplo seria a proibição de demissões nos setores que foram desonerados. Os trabalhadores são desligados das empresas sem a devida justificativa pelo setor patronal.

Entre as iniciativas na área jurídica, destaque para o projeto que prevê a proibição de o trabalhador recorrer à Justiça em caso de dúvidas nos valores recebidos em face do cálculo dos direitos trabalhistas resultantes da demissão da empresa. Uma clara violação à Constituição em seu artigo 7º, parágrafo XXIX, que diz que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais "ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho".

Recente iniciativa em debate no governo e que tem ressonância no setor patronal é o anteprojeto gestado no Ministério do Trabalho e Emprego que trata do contrato de curta duração, para atender às demandas de empresários do setor de comércio e serviços para os grandes eventos internacionais – Copa 2014 e Olimpíadas 2016. A iniciativa havia sido debatida no governo no formato de contrato intermitente, porém, naquela ocasião, não avançou no Poder Executivo. No entanto, os representantes patronais resgataram a proposta no Poder Legislativo.

Na correlação de forças entre trabalhadores e empresários, em geral os trabalhadores saem em desvantagem. Não só pela condição de os empresários serem os detentores dos meios de produção, uma relação histórica de submissão da classe trabalhadora, mas também pela precária representação nas instituições decisórias dos poderes da República.

Para equacionar essa rivalidade e proporcionar melhor atuação em defesa dos direitos dos trabalhadores, os sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais de trabalhadores estarão unidos para combater as ameaças, tanto no Congresso Nacional, quanto no Poder Executivo.

Ameaças identificadas, desde 2011:

PL 948/2011 – impede que o empregado demitido possa reclamar na Justiça do Trabalho;

PL 1.463/2011 – cria o Código do Trabalho e flexibiliza os direitos trabalhistas com a adoção da prevalência do negociado sobre o legislado;

PL 3.785/2012 – cria o contrato de trabalho intermitente que busca a formalização do trabalho eventual e por hora trabalhada;

PL 4.193/2012 – assegura o reconhecimento das convenções e acordos coletivos prevendo a prevalência sobre o legislado;

PLS 62/2013 – suspensão de contrato de trabalho;

PL 5.101/2013 – acordo extrajudicial de trabalho;

PL 6.411/2013 – amplia o prazo de vigência das convenções ou acordos coletivos prevendo a inaplicabilidade do princípio da ultratividade das cláusulas normativas.

PL 6.906/2013 – consórcio de empregadores urbanos.

Publicado pela Agência Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), no Portal Diap em 14/01/2014

Portal da CUT

No Paraná, tradicional bloco carnavalesco "Balança Povo, que o de cima cai" vai para as ruas no dia 28

19/02/2014

Samba enredo deste ano apresenta como tema "Querem privatizar o Paraná"

Escrito por: CUT-PR

O tradicional bloco dos movimentos sociais "Balança Povo, que o de cima cai" já está com a data agendada para a folia de carnaval. Será na tarde de sexta-feira (28), na Praça Santos Andrade, como ocorre tradicionalmente todos os anos. Para 2014, o bloco preparou seu samba enredo com tema "Querem privatizar o Paraná".

"Diante de todas as ameaças de privatizações no ano passado e neste ano, resolvemos colocar nosso bloco na rua contra esse movimento do Governo do Estado. Sanepar, Copel, Saúde, Ensino Superior, Cultura, a Rádio e TV Educativa, todos estão sob esta ameaça com o projeto que trâmite na Assembleia Legislativa", explica a presidenta da CUT-PR, Regina Cruz.

Com camisetas personalizadas, o bloco fará concentração na Praça Santos Andrade e seguirá até a boca maldita, no seu percurso habitual. As camisetas estarão à venda no local por R\$ 15. Inscrições pelo e-mail cutpr@cutpr.org.br ou pelo telefone (41) 3232 4649.

Portal CTB

Hope é condenada por obrigar empregadas a mostrar a roupa íntima

O Tribunal Superior do Trabalho condenou a fábrica de roupas íntimas Hope do Nordeste pelas revistas que realizava em suas empregadas, obrigando-as a levantar a blusa e a baixar as calças para que fosse conferida a marca das roupas íntimas que usavam. Segundo o TST, esse tipo de revista pessoal viola a dignidade da pessoa humana e a intimidade do trabalhador. Leia abaixo a notícia publicada no site do TST.

"A operadora de telemarketing, admitida em maio de 2006, buscou a Justiça em 2012 para pedir indenização por danos morais pelas revistas íntimas a que era submetida diariamente. Ela contou que, quando encerrava a jornada, tinha que se despir em cabines na frente das fiscais para mostrar a marca da lingerie e provar que não estava levando peças da Hope. Segundo a empregada, as revistas eram vexatórias e maculavam sua honra, privacidade e intimidade, sendo injustificável que tivesse que se despir na frente de terceiros para provar que não estava furtando peças.

A empresa, em sua defesa, sustentou que não houve afronta aos valores sociais do trabalho e à dignidade da pessoa humana e que, em momento algum, tratou a trabalhadora de forma humilhante, constrangedora ou vexatória. Acrescentou que a possibilidade de revista estava prevista em instrumento coletivo de trabalho.

A 1ª Vara do Trabalho de Maracanaú (CE) afirmou que a prova testemunhal indicou que havia revista sistemática. Por considerar inaceitável a exposição das partes íntimas dos empregados, o juízo de primeira instância condenou a Hope a pagar indenização no valor de R\$ 27.283,20, equivalente a vinte vezes o salário da empregada.

Recursos

A empresa recorreu da decisão para o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (CE), mas a sentença foi mantida porque, segundo o Regional, não havia como negar que as revistas íntimas existiam. Segundo o acórdão, as testemunhas disseram que o procedimento consistia em checar o conteúdo das bolsas e "levantar a blusa para verificar o sutiã e a marca da calcinha que a funcionária estava usando". Quanto à norma coletiva, o TRT destacou que, de fato, havia cláusula prevendo revistas, mas não no formato de "revista íntima", somente a bolsas e objetos.

A empresa novamente recorreu, desta vez ao TST, mas a Sétima Turma não conheceu (não examinou o mérito) desse tema, uma vez que os julgados apresentados pela Hope em sua defesa eram inespecíficos, pois tratavam de situações diferentes da do processo, abordando a revista moderada em bolsas, não revista íntima.

Quanto ao valor da indenização por danos morais, o TST também não examinou o mérito da matéria por entender que o TRT, ao manter a indenização em R\$ 27.283,20, considerou a gravidade da conduta da empresa, as circunstâncias pessoais da vítima e o caráter pedagógico-preventivo, mostrando-se proporcional.

A decisão de não conhecer do recurso quanto aos temas das revistas íntimas e quanto ao valor da indenização foi unânime e proferida com base no voto do relator, ministro Claudio Brandão."

Com Informações do TST - Fernanda Loureiro

Portal da CTB

Trabalhadores das Etecs e Fatecs cruzam os braços por tempo indeterminado

Após um impasse na negociação sobre o PCCS (plano de cargos, carreira e salários), professores e funcionários das Etecs (Escolas Técnicas do Estado de São Paulo) e das Fatecs (Faculdades de Tecnologia do Estado) anunciaram nesta segunda-feira a greve geral da categoria. A paralisação é por tempo indeterminado.

Segundo o Sinteps (Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza), cerca de 60% dos funcionários das Etecs e Fatecs aderiram à greve. Nas escolas técnicas, a entidade afirma que a adesão foi de 50%. Já nas Fatecs o índice foi de 30%.

"São 150 mil alunos das Fatecs e das Etecs no estado. Não temos como precisar, mas estimamos que mais de 20 mil alunos tenham sido prejudicados", afirmou a secretária-geral do sindicato, Neusa Santana Alves.

Segundo Neusa, escolas técnicas tradicionais de São Paulo aderiram à paralisação, caso da Getúlio Vargas e Júlio de Mesquita, entre outras. Entre as Fatecs, os funcionários da unidade Praça Coronel. Fernando Prestes, no Bom Retiro, discutem a entrada na greve na próxima sexta-feira. "No

interior, temos notícias de paralisações em Americana, Franca, Mococa e muitas outras” disse Neusa.

Também nesta segunda, o Sinteps organizou uma passeata em ruas do Centro de São Paulo. O ato contou com a participação de aproximadamente 500 pessoas, a maioria delas de funcionários das Etecs e Fatecs da capital.

O grupo ainda fez um ato em frente à sede da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Inovação. O objetivo era pressionar o governo de Geraldo Alckmin (PSDB) a enviar à Assembleia Legislativa de São Paulo o projeto de lei que trata da criação do plano de carreira. Uma comissão foi recebida para discutir o plano de carreira.

“Foi uma meia vitória. O problema é que o estado não quer se comprometer a dar um prazo para a aprovação do plano”, afirmou Neusa.

Greve cresce

Nesta terça-feira, o Comando Geral de Greve (CGG) reuniu-se na sede do Sinteps, em São Paulo. Cerca de 80 pessoas, representando unidades da capital e do interior, avaliaram o primeiro dia da greve, que paralisou cerca de 80 unidades.

O CGG atualizou o quadro de adesão à greve, que mostra o crescimento do movimento em seu segundo dia (já somos mais de 90), e também aprovou a realização de um calendário de atividades para os próximos dias.

Ao longo da semana a categoria realiza atos públicos regionalizados. Em São Paulo, o ato será realizado na sexta-feira (21), às 14h, em frente à administração do Ceeteps (rua dos Andradas, 140, Santa Ifigênia). Já na terça-feira (25), os educadores realizam um protesto no Vão Livre do MASP, na avenida Paulista.

Portal CTB com agências

Instituto do Observatório Social

Braskem garante presença em encontro com rede de trabalhadores

Começa nesta quinta-feira, 20, em Salvador (BA), o Encontro da Rede de Trabalhadores e Trabalhadoras da Braskem. Pela primeira vez desde a criação da rede, em 2000, representantes da empresa estarão presentes no evento, que terá como objetivo o debate de problemas dos trabalhadores do segmento, em especial no que se refere à internacionalização da Braskem e os efeitos para seus trabalhadores.

A programação prevê para o primeiro dia o debate sobre saúde e segurança. Questões como pagamento do extraturno, participação em lucros e resultados e efetivo mínimo estarão na pauta para o segundo dia. Para o coordenador da rede, Marcondes Machado, a presença de representantes da empresa no evento é um avanço e motivo de comemoração. “A rede está se consolidando. No ano passado, fizemos um encontro praticamente na mesma época e escrevemos uma carta que elencava as demandas apresentadas pelos trabalhadores e trabalhadoras. A carta foi entregue na sede administrativa da Braskem que, neste ano, está pela primeira vez participando junto conosco do evento”, comemora.

A rede de trabalhadores e trabalhadoras da Braskem surgiu a partir de debates iniciados no ano de 2000 sobre a reestruturação patrimonial da indústria petroquímica no Mercosul. A partir da análise do cenário da época e de eventos realizados até 2003, o movimento sindical identificou a necessidade de organizar os trabalhadores da empresa em uma rede capaz de legitimar suas demandas e de fazer com que suas vozes fossem ouvidas pela empresa.

Assim nasceu a Rede de Trabalhadores e Trabalhadoras da Braskem, um meio de legitimar e fomentar a solidariedade entre os trabalhadores e trabalhadoras, apontar problemas criados no setor petroquímico e de criar um fórum de discussão para denunciar e resolver problema que atingem as fábricas ligadas ao grupo no Brasil. Entre os temas que já foram abordados durante os encontros estão a reestruturação do setor petroquímico nacional, a eliminação de jornadas extenuantes de trabalho, campanha salarial unificada, saúde, segurança e meio ambiente.

A exemplo dos demais encontros, um calendário de atividades para o ano de 2014 será elaborado ao longo do evento.

Confira a programação:

DIA 20

9h às 10h – Abertura do Encontro

Coordenador da RTBraskem, Marcondes

Composição da mesa: representantes da CUT, CNQ-CUT, Sindiquímica, Observatório Social, USW, DGBB

10h às 10h30 – Coffe-break

10h30 às 12h – Palestra – Histórico da Braskem e situação do grupo Odebrecht no mundo, economista do Dieese e diretor do Sindiquímica, Maurício Jansen Klajman

Coordenação de mesa: Coordenador da RTBraskem, Marcondes

Debate

13h – Almoço

14h às 15h30 – Palestra – Aposentadoria Especial, Dr. Clériston Bulhões

Coordenação de mesa: Diretor do Sindiquímica (BA), Robson Santana

Debate

15h30 às 16h – Avaliação da Carta de Maceió/RS

Análise Regional sobre os problemas de SSMA

Discussão sobre efetivo mínimo

Coordenação de mesa: Diretor do Sindiquímica (Duque de Caixas-RJ), Nelson Farias

Debate

18h – Encerramento

DIA 21

09h às 10h15 – Palestra – Sustentabilidade na Braskem – Gerente Corporativo de Sustentabilidade da Braskem, Mário Leopoldo Pino Neto;

Gerente de Relações Trabalhistas da Braskem, Homero Arandas

Coordenação de mesa: Diretor do Sindiquímica (BA) e da CNQ-CUT, Carlos Itaparica

Debate

10h30 – Coffe-break

10h50 às 11h – Discussão sobre Convenção Coletiva de Trabalho, PLR e extraturno

Coordenação de mesa: Diretores dos Químicos do ABC (SP), Juvenil Nunes e Joel Santana

11h15 às 12h30 – HRA/Oxitenó – José Pinheiro, Secretário da CNQ-CUT e diretor do Sindiquímica (BA), José Pinheiro

Coordenação de mesa: Diretor do Sindipolo (RS), Gerson Barbosa e Diretor dos Químicos do ABC, Joel Santana

Debate

13h – Almoço

14h às 14h45 – Discussão sobre internacionalização da RTBraskem, economista do Dieese e diretor do Sindiquímica, Maurício Jansen Klajman

Coordenação de mesa: Diretor do Sindiquímica (BA) e da CNQ-CUT, Carlos Itaparica

Debate

15h às 16h – Elaboração da agenda da RTBraskem para 2014

Coordenação de mesa: Coordenador da RTBraskem, Marcondes

16h – Encerramento

Portal Mundo Sindical

Acordo fracassa e greve segue no Correio de Rio Preto

Sem acordo e caixinha dos correios vazia. O cenário que poderia mudar nesta terça (18) com fim da greve nos Correios não aconteceu. O sindicato da categoria não informou quantas correspondências estão encaalhadas, mas grevistas estimam que 2 milhões de cartas não foram entregues desde o começo da greve. Correios não confirmam esse número.

O Sintect (Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Correios e Telégrafos de Rio Preto e Região) realizou assembleia ontem e descartou fim da greve, que completou 20 dias.

De acordo com Valdir Candeu, secretário de administração do sindicato, as reivindicações, que são manutenção do sistema de saúde e entregas de correspondências apenas no período da manhã, não foram atendidas, por isso a greve continua e não há prazo para terminar. Agora, os grevistas aguardam o TRT (Tribunal Regional do Trabalho) julgar os dissídios.

Já os Correios acusam sindicato de se negar a participar de negociações. Ontem, informou em nota que “na semana passada, a Justiça do Trabalho negou liminar à Fentect, que buscava a suspensão da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) e dos benefícios já adquiridos pelos 19 sindicatos de todo Brasil que participam da mesa — como o adicional de 30% às carteiras gestantes que atuam em atividades internas”.

O sindicato realiza nesta quarta (19) passeata em Santa Fé do Sul, umas 15 cidades da região, incluindo Rio Preto, que aderiram a paralisação. Cerca de 40% dos trabalhadores região estão parados.

“Está horrível. Já tive contas que atrasaram porque a conta não chegou e quando fui ver já tinha vencido. Agora tenho que ir de loja em loja fazer os pagamentos”, disse a merendeira Cristiane Barbosa, de 41 anos.

Consumidor deve procurar credor e evitar pagar os juros De acordo com o diretor jurídico da Adecon (Associação de Defesa do Consumidor), Domingos Bruno, o consumidor deve procurar o credor para pagamento das contas e, assim, evitar juros e eventuais rescisões.

"O consumidor deve saber que quem deve tem que ir atrás do credor e ele deve facilitar meios de pagamento", disse ele.

Segundo Domingos, o consumidor pode fazer recorrer a pagar pela internet, pessoalmente, depósito em consignação, pagar em juízo. Tudo para evitar multas. O diretor também orienta quem estiver com dúvidas ou dificuldades em pagar as contas, deve procurar o Procon.

"É importante guardar número de protocolo para, se preciso, exigir cobrança sem acréscimos", afirmou o diretor.

Grevistas falam em 2 milhões de cartas

Grevistas afirmaram ontem que cerca de 2 milhões de cartas deixaram de ser entregues na região por causa da paralisação. Os carteiros já chegaram a fazer protestos em frente à Câmara e reclamam até de corte no vale refeição. Segundo eles, o pagamento que deveria ter sido feito na semana passada não foi feito.

"Conseguimos liminar que determinou pagamento no próximo dia 20", afirmou Candeu. A assessoria de imprensa dos Correios não confirma número de correspondências enalhadas. Afirma que no último final de semana foram entregues 4,37 milhões de cartas em 12 estados em que há paralisação parcial e na Bahia, onde greve teve fim na semana passada. Questionado sobre a falta de pagamento, os Correios não comentaram o assunto.

Fonte: Natália Bueno/Bom dia Rio Preto - 19/02/2014

Portal da Força Sindical

Receita dos serviços cresceu 8,5% em 2013, aponta IBGE

Maior alta no ano veio de transportes e correio, de 10,8%. Em dezembro, setor cresceu 8,4% abaixo do mês anterior.

O setor de serviços brasileiro cresceu 8,5% em 2013, segundo dados divulgados nesta quarta-feira (19) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O crescimento foi inferior ao registrado em 2012, de 10%. Os serviços respondem por mais de 60% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Entre os segmentos de serviços, a maior alta no ano veio de transportes e correio, de 10,8%, com destaque para os crescimentos de 18% em transporte aquaviário e de 16,8% em transporte aéreo. Houve alta acima da média também em serviços prestados às famílias, de 10,2%, em que os serviços de alojamento e alimentação cresceram 10,6%.

Já os serviços profissionais, administrativos e complementares cresceram 8,1% em 2013, os serviços de informação e comunicação, 6,9%, e outros serviços, 5,9%.

Dezembro

No último mês do ano, os serviços tiveram alta de 8,4% em receita frente ao mesmo mês de 2012 – abaixo do crescimento de 8,8% registrado em novembro.

Os serviços prestados às famílias registraram variação de 9,5% em dezembro, inferior às taxas de outubro (12,6%) e novembro (10,1%). Os serviços de informação e comunicação cresceram 7,0%, mesma taxa de novembro, mas inferior à de outubro (7,9%).

Os serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC) variaram 5,9%, e os serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias cresceram 13,9% no mês.

O crescimento dos serviços profissionais, administrativos e complementares ficou em 6,7% em dezembro, contra 7,3% em outubro e 9,4% em novembro. O segmento de transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio cresceu 11,5% em dezembro, taxa superior às de outubro (9,9%) e novembro (10,2%).

Regiões

Em 2013, Mato Grosso liderou a expansão dos serviços entre as unidades da federação, com alta de 20,4%, seguido pelo Distrito Federal (15,7%), Ceará e Tocantins (ambas com 13,0%). Já as menores taxas foram registradas em Sergipe (3%), Piauí (3,4%) e Amapá (4,4%).

Portal Gestão Sindical

Trabalho escravo no Brasil: um olhar além da restrição da liberdade

19/02/2014 por Repórter Brasil

Por Luciana Paula Conforti*

A erradicação do trabalho análogo ao de escravo é hoje um dos principais objetivos da agenda brasileira de promoção dos direitos humanos. Existe grande controvérsia no Legislativo sobre o conceito de trabalho análogo ao de escravo e as divergências conceituais têm contribuído para a impunidade dos responsáveis pela manutenção de tão vergonhosa chaga no nosso país, identificada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como um dos principais empecilhos à erradicação do escravismo contemporâneo.

O trabalho escravo é a forma mais grave de exploração do ser humano e não atenta apenas contra os princípios e direitos fundamentais do trabalho, afrontando também os mais elementares direitos humanos, como a vida, a liberdade e a dignidade do trabalhador.

Desde 1995, quando foi criado o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego e o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (Gertraf), por meio do Decreto 1.538, até o ano de 2011, foram resgatados no Brasil 41.665 trabalhadores.

O conceito de trabalho análogo ao de escravo está claro no art. 149 do Código Penal, porém, os ruralistas defendem que há imprecisão no referido conceito.

O caput do artigo 149 do Código Penal está assim redigido:

Art. 149 - Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto (...)

Segundo a OIT, o sistema que garante a manutenção do trabalho escravo no Brasil contemporâneo é ancorado em duas vertentes: de um lado, a impunidade de crimes contra direitos humanos fundamentais aproveitando-se da vulnerabilidade de milhares de brasileiros que, para garantir sua sobrevivência, deixam-se enganar por promessas fraudulentas em busca de um trabalho decente. De outro, a ganância de empregadores, que exploram essa mão de obra, com a intermediação de "gatos" e capangas.

O trabalho escravo contemporâneo não é caracterizado apenas quando há ofensa ao direito de liberdade do obreiro. Existem outras formas de coação que não se limitam ao cerceio à liberdade de locomoção do trabalhador, afrontando princípio basilar do Estado Democrático de Direito: a dignidade da pessoa humana.

Os trabalhadores são submetidos a condições ínfimas de sobrevivência, em um patamar muito aquém do mínimo indispensável para uma vida digna, que são as chamadas condições degradantes de trabalho, previstas no artigo 149 do Código Penal.

Não raro, constata-se o aliciamento de trabalhadores para a prestação de serviços em locais longínquos e sem estrutura digna de trabalho. A prática sempre foi vista no meio rural, mas cresceu consideravelmente no meio urbano. Os aliciadores, conhecidos como "gatos", atraem os obreiros para prestarem serviços em fazendas distantes de suas cidades de origem, oferecendo-lhe condições vantajosas de trabalho, geralmente inexistentes. No meio urbano, existe a mesma prática, principalmente por intermédio da terceirização, como nos serviços de confecção e da construção civil.

O Estado Democrático de Direito necessita cumprir as obrigações assumidas no texto constitucional, por meio da concreta e efetiva ação dos poderes constituídos, sendo inadmissíveis escusas fundadas em suposta incapacidade da economia capitalista ou em abalo ao desenvolvimento econômico, tornando a Constituição da República mera carta de intenções.

A efetividade dos direitos sociais, previstos no artigo 6º da Constituição Federal, depende da adoção de medidas políticas e jurisdicionais, bem como da interpretação do texto em sintonia com os valores aptos a garantir a força normativa da Constituição. Os direitos dos trabalhadores estão elencados no artigo 7º da Constituição, sem prejuízo de outros que visem à melhoria da sua condição social.

A escravidão contemporânea está intrinsecamente relacionada à persistente vulneração dos direitos sociais.

A aprovação da PEC do Trabalho Escravo (nº 438/01 agora 57A/1999) em segundo turno na Câmara dos Deputados, no dia 22 de maio de 2012, representou uma grande vitória para a sociedade. Em 28 de junho de 2013, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou, por unanimidade, o parecer favorável à PEC, porém, somente após acordo objetivando a criação de comissão especial formada por deputados e senadores para o debate sobre a conceituação de trabalho escravo e sobre o processo de expropriação. A citada PEC altera o artigo 243 da Constituição, prevendo, além da expropriação sumária das terras em que se constate a exploração do trabalho escravo, a reversão da área expropriada para os colonos que nela já trabalhavam.

Luiz Antonio Machado, coordenador do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da OIT, diz que o interesse em debater o assunto é legítimo, mas alerta para o perigo que isso pode significar.

"Quem acompanha o debate do trabalho escravo sabe que seria um retrocesso. Os ruralistas reclamam do conceito, da ação fiscal exagerada, mas temos confiança nas estruturas brasileiras para julgar a 'degradância' do trabalho".

Os ruralistas defendem que o conceito seja revisto e volte a vigorar a definição que prevê como escravidão apenas os casos em que a submissão se dá com base em violência física direta.

Angela de Castro Gomes, professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense e do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil também

vê com preocupação as tentativas de alteração do artigo 149 do Código Penal, no que diz respeito às condições degradantes de trabalho, afirmando que a mudança no referido dispositivo produziu um alargamento do entendimento do que seria reduzir alguém à escravidão e que a definição de 1940 tinha como referência principal o trabalho rural do sistema de barracão na Amazônia. A professora afirma que a definição legal do que é escravidão contemporânea está detalhada no artigo 149 do Código Penal, que foi atualizado por meio da Lei 10.803/2003, fruto de um processo coletivo do qual participaram pessoas de diferentes áreas preocupadas com o combate a essa grave violação de direitos humanos, rejeitando o argumento de que falta objetividade nos critérios estabelecidos, acrescentando que:

Tirar a ideia da jornada exaustiva e do trabalho degradante seria uma perda absolutamente fatal. O trabalho escravo é desumano, e jornadas exaustivas e condições degradantes envolvem uma profunda humilhação que pode levar até à morte. Estamos falando de uma superexploração que põe em risco a vida do trabalhador. A reforma [de 2003] permitiu uma ação da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal muito mais efetiva no que diz respeito a defender as condições de trabalho dignas e decentes que a Constituição garante.

E é exatamente essa a proposta do Projeto de Lei 3.842/2012, apresentado em 9 de maio de 2012. O referido projeto prevê a retirada dos termos "jornada exaustiva", "condições degradantes de trabalho" e "preposto" (o chamado gato) do artigo 149 do Código Penal e inclui a necessidade de ameaça, coação e violência para a caracterização do trabalho escravo.

Assim, apesar de não haver dúvida na legislação pátria sobre o conceito de trabalho análogo ao de escravo, existe proposta concreta de alteração do artigo 149 do Código Penal, o que representará verdadeiro retrocesso.

Ao contrário, caberia ao Congresso Nacional a imediata aprovação do Projeto de Lei 5.016/2005, que prevê o aumento da pena mínima prevista no artigo 149 do Código Penal, de 2 para 4 anos para o crime de sujeitar alguém a trabalho análogo ao de escravo, compromisso assumido pelo Brasil no 2º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, lançado em setembro de 2008.

A Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, em seu artigo IV, estabelece que: "ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas".

Flávia Piovesan assevera que os instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos são enfáticos ao afirmar o trabalho escravo e degradante como grave forma de violação de direitos humanos, sendo, ao mesmo tempo, resultado de um padrão de violação de direitos e causa de violação de outros direitos.

O valor da dignidade humana, previsto no artigo 1º, III da Constituição de 1988, se impõe como núcleo básico e informador do ordenamento jurídico, como parâmetro e critério de valoração a orientar a sua interpretação e compreensão.

Na Constituição, o valor social do trabalho é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito (artigo 1º, IV da Constituição Federal), a ordem econômica funda-se na valorização do trabalho humano, citando como princípios a busca do pleno emprego e a função social da propriedade (artigo 170, III e VIII e artigo 186 da Constituição Federal) e o primado do trabalho reside na base da ordem social (artigo 193 da Constituição Federal). O inciso III do artigo 5º da Constituição de 1988, dispõe: "ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante."

Como enfatiza Gabriela Neves Delgado, quando o Estado Democrático de Direito enuncia o fundamental direito ao trabalho está se referindo, necessariamente, embora de modo implícito, ao direito ao trabalho digno, excluindo a viabilidade jurídica de prestação de trabalho servil ou assemelhado ao escravo.

Ingo Sarlet conceitua a dignidade da pessoa humana como:

... a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.

O Brasil necessita evoluir com a efetiva aprovação da PEC do trabalho escravo, afastando qualquer tentativa de alteração do conceito de trabalho análogo ao de escravo, já definido de forma clara no artigo 149 do Código Penal e avançar, ainda mais, com a aprovação do Projeto de Lei 5.016/2005, que prevê o aumento da pena para os que cometem o crime. Apesar do exposto, lamentavelmente, o citado Projeto de Lei aguarda, desde a sua apresentação no ano de 2005,

Parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados.

** Luciana Paula Conforti é Juíza do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, mestra em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e membro da comissão de direitos humanos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).*

Portal do MST

Monsanto: a indústria química, os agrotóxicos e a loucura

19 de fevereiro de 2014

Por Najar Tubino - Da Carta Maior

Este é um ramo industrial, formado por oito grupos, desde a produção de químicos básicos, farmacêuticos, higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, adubos e fertilizantes, agrotóxicos, sabão e detergentes, tintas, esmaltes e vernizes e fibras artificiais e sintéticas. Faturou no mundo US\$3,4 trilhões em 2010. No Brasil pouco mais de US\$100 bilhões.

As vendas globais da indústria química como um todo são divididas da seguinte forma: 37% para os produtos químicos básicos, 30% para os produtos das ciências da vida (fármacos e agroquímicos), 23% para as chamadas especialidades – tintas e cosméticos e 10% para produtos de consumo. Para um PIB mundial de US\$70 trilhões, as vendas da indústria química representam 4,8%. O Brasil ainda importa a maioria dos produtos, o que custou no ano passado quase US\$20 bilhões.

O histórico da indústria química está ligado à Alemanha. Não somente pelas descobertas, como a síntese da amônia (NH₃), para uso em fertilizantes, ou a criação da aspirina, cuja patente ocorreu em 1899. Em 1860, foi criada a empresa BASF – Badische Anilin und Soda Fabrick (Fábrica de Baden de Anilina e Soda), em Mannheim. Em 1863, o comerciante de corantes Friedrich Bayer e o mestre-tintureiro, Johann Weskott, instalaram uma pequena fábrica para produzir corantes artificiais para tingimento de tecidos. Assim nasceu a Bayer, que em 1896 se instalou no Brasil. Em 1922 criaram o slogan “se é Bayer é bom”.

Primeiro ataque com arma química

O químico envolvido com a Basf chamado Fritz Haber, autor da descoberta da síntese da amônia e ganhador do prêmio Nobel de 1920, financiado por esta empresa a partir de 1909, também foi o responsável pelo uso de gases tóxicos na primeira guerra mundial. O primeiro ataque com armas químicas aconteceu em Ypres, cidade belga, contra tropas francesas e argelinas, no dia 22 de abril de 1915. Conforme o relato dos pesquisadores Reinaldo Calixto de Campos e João Augusto Gouveia em um texto sobre a história da química:

“-O primeiro emprego moderno, em larga escala, de um agente químico como arma letal direta foi o gás cloro, lançado a partir de 5.730 cilindros de metal, cada um pesando 100kg, com cloro líquido, ao longo de 10km de frente. O primeiro ataque foi um sucesso, com uma nuvem de gás verde, de cerca de um metro e meio de altura avançando, empurrada pelo vento, abrindo uma larga brecha nas linhas inimigas, uma vez que os que não sufocaram, debandaram, com os alemães avançando pela terra de ninguém e tomando as trincheiras aliadas. A partir daí os aliados passaram a usar também gases químicos. Até o fim da primeira guerra mundial 22 tipos diferentes de agentes químicos foram testados”.

Criminoso de guerra

Quando a guerra terminou, com a derrota da Alemanha, Fritz Haber, que era judeu, foi procurado como criminoso de guerra, mas se escondeu na Suíça. Ele morreu em 1934, o homem que ajudou a transformar nitrogênio em pão, cujo processo industrial é responsável ainda hoje pela produção de 130 milhões de toneladas de amônia, usada pela indústria de fertilizantes. Era autoritário, monarquista, e um precursor do delírio alemão de superioridade racial.

Quando ganhou a patente de capitão do exército alemão, deu uma festa para comemorar em Breslau, cidade onde conheceu a mulher Clara Immerwahr, judia e a primeira mulher a doutorar-se em Química pela Universidade de Breslau, embora nunca tenha trabalhado na profissão. Neste dia fatídico, Clara deu dois tiros no peito com a arma do recém-nomeado capitão. O filho deles, Hermann mudou-se para os Estados Unidos e, no final da II Guerra Mundial, em 1945, também se suicidou.

DDT usado no combate aos piolhos

Outro alemão, Friedrich Wöhler, está ligado à história dos agroquímicos. Em 1828 ele sintetizou o composto inorgânico cianato de amônia, transformando-o em ureia. Porém, os inseticidas orgânicos só começaram a ser utilizados em larga escala na década de 1940, durante a segunda guerra mundial, a fim de proteger os soldados nas regiões tropicais e subtropicais da África e da Ásia, das pragas transmissoras da doença do sono, da malária, do tifo, entre outras. Devido a

necessidade de proteger o exército, as pesquisas de novos inseticidas foram impulsionadas, o que resultou no desenvolvimento de vários agrotóxicos, que são usados ainda hoje.

O marco na química foi a descoberta da atividade inseticida do 1,1,1-tricloro-2,2-di (p-clorofenil) etano, em 1939, pelo pesquisador Paul Muller, prêmio Nobel em 1948. O famoso DDT foi usado pela primeira vez em 1943, para combater piolhos que infestavam as tropas estadunidenses na Europa, e que transmitiam a doença do tifo exantemático. O DDT é um organoclorado composto por átomos de carbono, hidrogênio e cloro. Outros organoclorados desenvolvidos nesta época – aldrin, dieldrin, heptacloro e toxafeno.

Mais tóxicos que os organoclorados

Os organofosforados foram desenvolvidos nas décadas de 1930/40, como armas químicas, eram compostos derivados do ácido fosfórico, que podem conter em sua estrutura átomos de carbono, hidrogênio, oxigênio, enxofre, nitrogênio e fósforo. A toxicidade é maior que os organoclorados, mas são menos persistentes no ambiente. O herbicida glifosato e os inseticidas malation, paration e dissulfoton são exemplos de organofosforados. Dos 115 elementos químicos da tabela periódica, 11 podem estar presentes nas formulações dos agrotóxicos, sendo que a indústria trabalha com mais de mil formulações.

As seis maiores empresas do ramo – Bayer, Syngenta, Basf, Monsanto, Dow e Dupont – controlam quase 90% do mercado mundial. No Brasil são oito empresas que controlam a maioria do mercado. A produção de organossintéticos no Brasil começou em 1946, com a empresa Eletroquímica Fluminense, que fabricava o BHC, também conhecido como gamexane ou pó de gafanhoto. Teve seu uso proibido em 1983. Em 1948, a Rhodia passou a produzir o inseticida parathion, e em 1950, uma fábrica de armas químicas do exército brasileiro começou a fabricar no Rio de Janeiro o DDT.

Explosão dos agrotóxicos

Mas a explosão dos agrotóxicos no país só ocorreu a partir da década de 1970, quando os militares lançaram o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA), que funcionou até 1979. A produção e a instalação de fábricas recebiam incentivos fiscais, financiamentos, benefícios tarifários para a importação de maquinário e equipamentos. Tudo isso foi evoluindo e hoje o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, com mais de um bilhão de litros, e um faturamento que no ano passado alcançou quase US\$9 bilhões para a indústria. Muito pior que isso foi a introdução dos transgênicos, a partir do início da década, cuja responsável maior é a empresa Monsanto, que incentivou o contrabando de sementes da Argentina para o Rio Grande do Sul, durante o governo Olívio Dutra.

Usou o sobrenome da esposa

Esta mesma empresa tem um histórico trágico e pestilento. Criada em 1901, em Saint Louis por John Francis Queeny, que aproveitou o nome de solteira da mulher para registrar a firma Monsanto Chemical Works – o nome dela era Olga Mendez Monsanto, conforme histórico publicado no livro “Transgênicos, as sementes do mal”, do pesquisador brasileiro Antônio Andreoli e do pesquisador alemão Richard Fuchs. O primeiro produto que a empresa desenvolveu foi a sacarina, que era vendida para a Coca-Cola. Começou a produzir aspirina em 1917, mercado que dominou até 1980. A partir de 1933 entrou para a Bolsa de Nova Iorque, registrada com o nome de Monsanto Chemical Company.

Desde 1930 vendeu os produtos originados do PCB – bifenil policlorinado – que causa grave danos à saúde, o que era do conhecimento da empresa, e mesmo assim continuou vendendo até 1979. O PCB é usado na indústria eletrônica, o maior cliente da Monsanto era a General Elétric, usava como lubrificantes de motores, transformadores elétricos e agente refrigerador. A GE na época tinha uma indústria a beira do rio Moharwk, no estado de Nova Iorque, e por sua vez, é afluente do rio Hudson.

Histórico do glifosato

No dia 16 de abril de 1947, um cargueiro ancorado nas proximidades da indústria da Monsanto, carregado com nitrato de amônia, se incendiou devido a um cigarro e explodiu. A cidade de Texas e a indústria da Monsanto foram destruídas. O fogo atingiu um oleoduto com fluidos inflamáveis – benzeno, propano e benzol etílico – e o fogo se alastrou por três dias, matando 576 pessoas. Em 1955, a Monsanto retomou os negócios com adubo e em 1956 lançou o herbicida Radox. A partir de 1960 começou a crescer no setor agrícola. Em 1969, lançou o herbicida Lasso. Em 1970 o pesquisador John Franz, da Monsanto, sintetizou uma molécula mais tarde conhecida – registrada em 1974 – como glifosato, o princípio ativo do herbicida Roundup.

Em 1974 ele chegou ao mercado da Malásia e do Reino Unido. Dois anos depois foi lançado nos Estados Unidos. Em 1983, o Departamento Agrícola da Monsanto começou a cultivar as primeiras plantas transgênicas. Em 1992, começou a comprar as empresas de sementes. Em 1999 bateu recorde de lucro, com US\$9,1 bilhões, sendo 50% do setor agrícola.

A escória da humanidade

Na década de 1990, a Monsanto entrou no mercado de algodão da Índia, que é o segundo maior produtor mundial, com mais de 12 milhões de hectares cultivados. Lançou a semente Bt. A maior parte da produção está no estado de Maharastra. Desde 1997, 54 mil agricultores familiares se suicidaram na região. A causa: endividamento no banco, secas, inundações, baixa produtividade. No total, o que é um escândalo mundial, são quase 200 mil suicídios, desde 1997. A Monsanto diz que as mortes não tem ligação com o lançamento da semente Bt.

O detalhe é que o preço das sementes de algodão subiu mais de 1000% no mesmo período. A Monsanto, desde a sua origem – o marido não quis se comprometer com o nome próprio e usou o da esposa – mostrou a capacidade de provocar discórdias no planeta. Sem contar a pretensão de dominar o mercado de alimentos no mundo, o que significa exercer seu poder fascista, numa área onde pelo menos metade da população mundial ainda depende dos recursos de suas propriedades. A outra metade vive nas cidades. A Monsanto, certamente, ocupará o espaço destinado à escória da humanidade, num futuro bem próximo.

Portal do MST

Cidade "exemplo" do agronegócio contamina leite materno

17 de fevereiro de 2014

Por Inês Castilho - Do Outras Palavras

Ao abrir nesta terça-feira (11/2), numa cerimônia em Lucas do Rio Verde (MT), a safra de grãos 2013-14, a presidente Dilma Roussef não se conteve. Entusiasmada com a perspectiva de uma colheita recorde, de 193,6 milhões de toneladas, lembrou o crescimento de 221% em vinte anos e afirmou que “o agronegócio brasileiro é exemplo de produtividade para o país”.

Será? Ao escolher Lucas do Rio Verde como local da cerimônia de saudação a este modelo, talvez Dilma não soubesse que estava dando um tiro no pé. Como louvar alimentos que envenenam a fonte mesma da vida? Mais: há muito se analisam como ilusórios os números de “produtividade”. O agronegócio gera dólares, mas eles concentram-se nas mãos de muito poucos. A monocultura mecanizada emprega cada vez menos trabalhadores. O uso maciço de pesticidas polui terra e rios, intoxica trabalhadores e comunidades e, exatamente ali, envenena leite materno. Tudo somado, são perdas incomensuráveis para os ultra ricos.

Escolhida como vitrine da safra por ser “representativa da agricultura”, Lucas do Rio Verde, 355 quilômetros ao norte da capital, Cuiabá, é dos municípios do país que mais cultivam a monocultura de soja, milho e algodão. Em 2010, foram plantados 420 mil hectares e pulverizados 5,1 milhões de litros de agrotóxicos nas plantações, atingindo o entorno do município, córregos, criação de animais. Cada habitante esteve exposto a 136 litros anuais de agrotóxicos, “quase 45 vezes maior que a média nacional — de 3,66 litros”.

Desde 2006, quando um acidente por pulverização aérea contaminou a cidade, ela passou a integrar a pesquisa “Impacto dos Agrotóxicos na Saúde do Ambiente na Região Centro-Oeste”, coordenada pelo médico e doutor em toxicologia Wanderlei Pignati, da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – e realizada em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás entre 2007 e 2010, como parte de um projeto nacional. O estudo referente às mães coube à mestranda da UFMT Danielly Palma.

“Minha pesquisa foi um subprojeto de uma avaliação que foi realizada em Lucas do Rio Verde e eu fiquei responsável pelo indicador leite materno. Mas a pesquisa maior analisou o ar, água de chuva, sedimentos, água de poço artesiano, água superficial, sangue e urina humanos, alguns dados epidemiológicos, má formação em anfíbios” – contou Danielly à repórter Manuela Azenha, que no início de 2011 foi a Cuiabá assistir à defesa da tese sobre o impacto dos agrotóxicos em 62 nutrízes de Lucas do Rio Verde. O estudo integra o Dossiê Abrasco – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde, divulgado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva em 2012. Radiografias de anfíbios com malformações coletados em lagoas e córregos podem ser conferidas aqui.

“A pesquisa revelou que 100% das amostras indicam a contaminação do leite por pelo menos um agrotóxico. Em todas as mães foram encontrados resíduos de DDE, um metabólico do DDT, agrotóxico proibido no Brasil há mais de dez anos. Dos resíduos encontrados, a maioria são organoclorados, substâncias de alta toxicidade, capacidade de dispersão e resistência tanto no ambiente quanto no corpo humano” – relatou a pesquisadora.

“Todas essas substâncias têm o potencial de causar má formação fetal, indução ao aborto, desregulamento do sistema endócrino — que é o sistema que controla todos os hormônios do corpo — então pode induzir a vários distúrbios. Podem causar câncer, também. Esses são os piores problemas.”

Talvez ignorante de fatos tão dramáticos, Dilma Roussef foi além. Conclamou empresários, prefeitos e população (!) a pavimentar ainda mais o caminho do agronegócio, desregulamentando-o.

Tem papel demais nesse país, disse, “temos de simplificar os processos”, “acabar com a multiplicidade das exigências desnecessárias”, “não para destruir o meio ambiente, pelo contrário (...)”.

A fala escancara o óbvio: o agronegócio está nadando de braçada no (des)governo de nosso meio e de nossos corpos.

Portal da CUT

Sem reforma política, Brasil vai voltar a eleger apenas representantes dos ricos, diz economista

19/02/2014

Marcio Pochmann afirma que se a forma de financiar campanhas eleitorais não for modificada, eleições de 2014 serão as últimas com candidaturas populares

Escrito por: Luiz Carvalho

Para o economista e professor licenciado da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Marcio Pochmann o Brasil precisa urgente de uma reforma política para mudar o modelo de financiamento, sob risco de voltarmos a um estado de aristocracia, em que só os ricos são eleitos.

Em entrevista exclusiva à CUT Nacional, o ex-presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), atual presidente da Fundação Perseu Abramo e candidato pelo PT à prefeitura de Campinas, em 2012, defende que o financiamento de campanhas é o principal desafio para a transformação do atual sistema político brasileiro.

Pochmann destacou ainda a importância do papel do Estado na ascensão econômica da classe trabalhadora, a necessidade de o Brasil apostar em empregos mais qualificados por meio de um outro modelo de crescimento que privilegie a produção com maior valor agregado e criticou a criminalização que os meios de comunicação fazem da política.

Portal da CUT – A CUT e os movimentos sociais estão em campanha por um plebiscito exclusivo e soberano para fazer a reforma do sistema político. Qual o ponto estratégico dessa reforma?

Marcio Pochmann – As eleições de 2014 talvez sejam as últimas com candidaturas populares. O nosso sistema político é praticamente uma herança do Golbery (*Golbery de Couto e Silva, ex-ministro e um dos pensadores da ditadura militar no Brasil*), que desequilibra a representação do voto por Estados e permite que o financiamento de campanha ocorra de forma que valoriza o papel do poder econômico. Isso causa situações desconexas entre o perfil dos nossos representantes no Congresso e o da sociedade. Dado o custo eleitoral, que é exorbitante no País, corremos o risco de ver desaparecer as candidaturas populares e o retorno a um estado de aristocracia em que só os ricos são eleitos. A reforma do sistema político tem de redefinir o financiamento das campanhas para torná-las acessíveis a pessoas muito mais próximas da população.

E como o cidadão pode contribuir neste processo?

Pochmann – Já é um passo grande a população identificar a política como a saída para os seus problemas, porque estamos submetidos a um processo de alienação, decorrente do monopólio das comunicações, em campanha contra a política. O que salvou o Brasil das regressões econômica e social nos anos 2000 foi uma decisão política. Em 1980, éramos a 8ª economia do mundo, em 2000, caímos para o 13º lugar. No início da década de 1980, tínhamos 1,8 milhão de desempregados, com 2,7% de taxa de desemprego, enquanto em 2000, passamos para 11,5 milhão e 15% da população economicamente ativa desempregada. O realinhamento do Brasil a partir de 2003 foi o que salvou o País. Precisamos mostrar os problemas, mas há uma série de aspectos positivos que estão sendo resolvidos pela política. Sem política, vamos resolver pelo autoritarismo, que tem governado o Brasil há muito tempo. Há também o aspecto de que a política era resultado da pressão das ruas, do diálogo com as instituições de representação. Não apenas os partidos. E ocorreu uma pressão para que as vozes das ruas fossem ficando cada vez mais distantes e transitassem para a opinião pública, canalizada por meios de comunicação que são monopólios. Não é a opinião do público, e sim a opinião publicada. Os governos vão ficando reféns dessa opinião e se desconectam do movimento das ruas. É preciso voltar a valorizar o cidadão comum e dar oportunidade a ele para voltar a participar das políticas públicas.

Em seu livro “Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social” (2012), você afirma que não existe uma nova classe média no Brasil. Como você definiria o perfil dos trabalhadores que ascenderam economicamente na última década?

Pochmann – Há uma interpretação de que, a partir da elevação no nível de renda de segmentos que constituem a base da pirâmide da estrutura social, teríamos uma ‘nova classe média’. Acredito que não há isso, mas a transformação de trabalhadores, que antes eram submetidos a condições muito precárias de informalidade, com salários muito baixos, em

trabalhadores não pobres devido à expansão do emprego e renda que ocorreu a partir de 2004. Isso não se explica como mudança de classe, mas como melhoria das condições da classe trabalhadora. É importante ter clareza também de que isso só ocorreu devido a políticas de Estado que foram implementadas a partir dos governos de Lula e Dilma. O Estado continua sendo fundamental na oferta de serviços públicos, na educação, na saúde, no transporte e é importante destacar isso porque, se partimos do pressuposto de que essa ascensão social é simplesmente para um 'nova classe média', observamos que as reivindicações dessa fatia da sociedade são por menos impostos para comprar mais serviço privado de saúde, de educação, de saúde. Por isso, o debate deve ser sobre o papel do Estado, hoje muito mais comprometido com tributação e investimento para o atendimento de quem precisa.

"Sem política, vamos resolver pelo autoritarismo, que tem governado o Brasil há muito tempo"

A tese que o senhor defende demanda uma maior politização das pessoas que ascenderam. O senhor identifica essa consciência?

Pochmann – Eu identifico uma desconexão entre os dirigentes das instituições de representação que temos no Brasil com os cidadãos que ascenderam. E falo de partido político, sindicatos, instituições estudantis, associações de bairros. É natural que esses segmentos imaginem que as razões dessa ascensão decorrem de decisões individuais por não haver politização. Na década de 1970, a ascensão foi muito maior até que a verificada no período atual, em plena ditadura, quando a economia crescia 10% ano e a mobilidade foi mais intensa, porque eram pessoas que vinham do interior, de condições precárias para procurarem emprego na cidade e virar um trabalhador industrial, como o próprio presidente Lula. Porém, esses trabalhadores que ascenderam também conviviam com uma série de insatisfações, moravam na periferia das cidades, sem condições decentes, e essa insatisfação foi muito bem captada pelos movimentos sociais. Mesmo sob a ditadura, tivemos recuperação das instituições estudantis, do movimento sindical, com o nascimento do Novo Sindicalismo, das comunidades eclesiais de base, das associações de bairro. Tudo isso redundou na luta por redemocratização e na nova Constituição. Hoje não vivemos isso. Desde 2003, tivemos mais de 17 milhões de novos empregos abertos no Brasil e a taxa de sindicalização permaneceu estável. Também não caiu, o que é razoável, porque nos EUA e na Europa está caindo. Mas por que os sindicatos não conseguem captar esse novo segmento? Mais de um milhão de jovens ascendeu ao ensino superior por meio do ProUni. Por que eles não estão no movimento estudantil? Tivemos quase 1,5 milhão de novas famílias com acesso à moradia por meio do Minha Casa, Minha Vida. Será que isso fortaleceu a associação dos moradores? Há a necessidade de entender do que se trata esse novo segmento da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, oxigenar as instituições com o objetivo de capturar, do ponto de vista da politização.

Quais as perspectivas para os próximos anos para esses novos trabalhadores?

Pochmann – Vivemos uma grande dúvida neste momento, porque os movimentos que tivemos no País desde junho do ano passado ganharam espontaneidade e seguiram desconectados das direções das entidades representativas. Será que é um problema das lideranças que estariam equivocadas? Se for isso é mais simples, basta trocar as direções. Ou será que o problema são as instituições que não dialogam, não se apresentam de acordo com os interesses desses segmentos? Não há uma resposta simples. Tivemos um conjunto grande de manifestações no mundo nos últimos quatro anos e o Brasil foi uma das únicas experiências em que o governo federal chamou para o diálogo e enviou projetos ao Congresso. Se olharmos para outros países, houve apenas e fundamentalmente repressão. O Brasil está fazendo um esforço para compreender essas manifestações e esta é a chave da sustentação das reformas democráticas que o País precisa fazer. Não somos um país de tradição democrática e esses novos movimentos é que vão liderar o país. É fundamental a aproximação.

Diante do atual cenário econômico brasileiro, qual o desafio que os programas sociais como o Bolsa Família devem enfrentar nos próximos anos?

Pochmann – Romper com o ciclo estrutural da pobreza, que fazia com que o filho do pobre continuasse sendo pobre porque o pai era pobre. Na medida em que os filhos passam a ter acesso a educação, saúde e a ter mais condições de ascender no sentido ocupacional quebram o ciclo de reprodução da pobreza. Ao mesmo tempo, temos o desafio de fazer o Brasil crescer ampliando o nível de emprego de qualidade. Não temos problema de quantidade - como nos EUA e na Europa -, mas de qualidade. Do mais de 17 milhões de empregos gerados desde 2003, a maior parte é de até dois salários mínimos R\$ 1,4 mil. Isso dá espaço para contratar pessoas que não tinham escolaridade e experiência laboral, mas, olhando o País para frente, precisaremos de empregos que paguem salários mais altos. E esses dependem do ciclo de investimentos que o País precisa ter em portos, ferrovias, e toda a parte de infraestrutura.

Qual o papel da educação nesse processo?

Pochmann – A educação é estratégica, necessária, mas não é suficiente para garantir uma boa inserção individual ou coletiva no mercado de trabalho. O que define a situação do indivíduo no mercado de trabalho é a geração de empregos. Podemos ter um país cheio de doutores, mas se não houver oportunidades, ele continuará desempregado. A educação deve estar combinada com o ciclo de expansão do emprego. O Brasil vai crescer pelo agronegócio ou produzindo com alto valor agregado, alto conteúdo tecnológico? O que define a quantidade e a qualidade de emprego é o ritmo de expansão da economia e que tipo de crescimento está ocorrendo.

Como o sr. avalia os governos de Lula e Dilma na relação com a agricultura familiar e com o agronegócio

Pochmann – O Brasil escolheu, até o momento, certo equilíbrio nessas duas situações de agropecuária. Você tem essa agricultura mais exportadora e a agricultura a partir da propriedade familiar, que tem compromisso muito grande com o mercado interno. Ter criado e dado condições para o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário permitiu atender a interesses muito distintos. Contudo, segue um desequilíbrio muito grande na representação política. O Brasil tem cerca de 40 mil grandes proprietários rurais, que concentram 50% da terra agricultável e elegem entre 130 e 140 deputados federais a cada quatro anos. Enquanto a agricultura familiar, com cerca de 4 milhões de famílias, elege entre 10 e 12 deputados. Você tem uma pressão assimétrica no Poder Legislativo, que acaba por interferir em várias modalidades de políticas públicas. O Executivo tem de lidar com essas pressões diferenciadas e as opções que foram feitas necessitaram dar resposta a esse desequilíbrio de representação, sem privilegiar as ações mais voltadas aos pequenos empreendedores.

Organizado por Ernesto Germano